PORTARIA Nº 1.533, DE 8 DE JULHO DE 2009

Institui o Prêmio Nacional de Incentivo à Promoção do Uso Racional de Medicamentos cujo objetivo é incentivar a produção técnico-científica voltada à promoção do uso racional de medicamentos com aplicação no Sistema Único de Saúde (SUS).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso de suas atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando o estabelecido na Portaria nº 3.916/GM, de 30 de outubro de 1998, que aprova a Política Nacional de Medicamentos, com destaque para a diretriz de promoção do uso racional de medicamentos (URM);

Considerando o estabelecido na Resolução nº 338, de 6 de maio de 2004, que aprova a Política Nacional de Assistência Farmacêutica, com destaque, no art. 3º, inciso XIII, para a promoção do URM por intermédio de ações que disciplinem a prescrição, a dispensação e o consumo, como um dos seus eixos estratégicos; e

Considerando a Portaria nº 1.555, de 27 de junho de 2007, que institui o Comitê Nacional para a Promoção do Uso Racional de Medicamentos, resolve:

Art. 1º Instituir o Prêmio Nacional de Incentivo à Promoção do Uso Racional de Medicamentos cujo objetivo é incentivar a produção técnico-científica voltada à promoção do uso racional de medicamentos com aplicação no Sistema Único de Saúde (SUS).

Art. 2º O Prêmio Nacional de Incentivo à Promoção do Uso Racional de Medicamentos tem por finalidade:

I - premiar e reconhecer o mérito do trabalho de profissionais nos serviços de saúde e entidades/instituições com impacto na promoção do uso racional de medicamentos no SUS;

II - premiar e reconhecer o mérito científico de pesquisadores e profissionais com trabalhos voltados à promoção do uso racional de medicamentos com aplicabilidade no SUS e serviços de saúde; e

III - divulgar os trabalhos premiados e os conferidos com menções honrosas no intuito de incentivar sua incorporação pelo SUS e serviços de saúde.

Art. 3º O Prêmio Nacional de Incentivo à Promoção do Uso Racional de Medicamentos contemplará as seguintes categorias:

I - experiências de profissionais nos serviços de saúde;

II - tese de doutorado;

III- dissertação de mestrado;

IV - monografia de especialização e/ou residência

V - trabalhos em nível de graduação; e

VI - trabalhos desenvolvidos em entidades/instituições.

§ 1º A premiação será concedida ao primeiro colocado de cada categoria discriminada de I a VI deste artigo.

§ 2º Aos três melhores trabalhos, dentre os não premiados, serão conferidas menções honrosas em cada uma das seis categorias.

§ 3º O regulamento do Prêmio Nacional de Incentivo à Promoção do Uso Racional de Medicamentos será publicado anualmente por meio de Edital do Ministério da Saúde.

§ 4º O Prêmio Nacional de Incentivo à Promoção do Uso Racional de Medicamentos será coordenado pela Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos, por intermédio do Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos.

Art. 4º O julgamento do Prêmio Nacional de Incentivo à Promoção do Uso Racional de Medicamentos será realizado por Comissão Julgadora constituída por representantes que compõem o Comitê Nacional para a Promoção do Uso Racional de Medicamentos, conforme estabelecido na Portaria nº 1.555, de 27 de junho de 2007.

§ 1º São atribuições da Comissão Julgadora:

I - estabelecer critérios para julgamento dos trabalhos inscritos, em consonância com os objetivos do Prêmio Nacional de Incentivo para a Promoção do Uso Racional de Medicamentos;

II - analisar e emitir parecer sobre os trabalhos inscritos;

III - definir os vencedores de acordo com os critérios estabelecidos no regulamento; e

IV - participar da cerimônia de premiação ou, em caso de ausência, enviar representante.

§ 2º A participação na Comissão será considerada atividade de relevante interesse nacional e não será remunerada.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ GOMES TEMPORÃO